

A MULHER E A VIDA CÍVICA

(Comunicação integrada na sessão "O APOSTOLADO E A VIDA CÍVICA" da Semana Nacional de Estudos da A.C.P. em Fátima - 1958)

Antes de entrar pròpriamente no âmbito desta comunicação, parece-me útil dizer como entendo o conteúdo - nem sempre suficientemente claro e definido - da expressão "vida cívica". Assim, em tudo o que vai seguir-se, entenda-se que esta expressão tem um sentido lato e compreende toda a actividade nos diferentes campos em que o cidadão, enquanto tal, pode de algum modo contribuir para a realização do bem-comum através das estruturas da sociedade civil.

Devo afirmar também que é tomado como pressuposto neste trabalho e seu suporte doutrinário, tudo quanto o Magistério da Igreja tem ensinado àcerca do sentido da posição e responsabilidade dos cristãos como tais na vida cívica - aspecto que se torna desnecessário e inoportuno abordar aqui, porque tratado pelo Ex.mo Relator desta sessão parcial.

-- / --

1.

Fundação Cuidado Futuro

Intrando agora no tema que me ocupa, começarei por lembrar como - não haverá ainda muitos anos - associar os termos "mulher" e "vida cívica" seria quase unânimemente considerado como absurdo ou ridículo, pelo consenso geral. Na verdade, um complexo de razões de ordem histórica e sociológica (que não vem a propósito aprofundar aqui) aliados decerto a factores psicológicos que, através da sucessão das gerações, adquiriram força especial (refiro-me à tendência inata do homem ao domínio e à da mulher à acção silenciosa), contribuíram para que a mulher tenha ocupado - salvo casos excepcionais ou situações esporádicas - um papel de segundo plano ou de quase total ausência no domínio da vida cívica. Não se pensou mesmo, ao longo de séculos, que esse pudesse ser um campo adequado à sua acção.

Factores históricos e sociológicos não menos complexos e decisivos conduziram no entanto a que, no declinar do século passado, viesse a irromper violentamente a reacção da mulher contra esse injusto e prejudicial estado de coisas, surgindo então nalguns países o chamado movimento feminista, que se bateu incontroladamente pelo que se chamou a "emancipação" da mulher. Trazendo assim à luz clara (e nisso residiu o seu mérito) um problema que tinha de ser encarado bem de frente - o do acesso da mulher ao lugar que de direito tinha de caber-lhe na sociedade - o feminismo conseguiu, teórica e praticamente, resultados positivos, na medida em que veio pôr em relevo a necessidade de uma presença activa da mulher nas estruturas sociais e em que deu à própria mulher consciência das suas responsabilidades nesse campo e lhe abriu caminhos para poder realizá-las. No entanto, o movimento feminista, como reacção violenta que foi, caiu em exageros e desvios graves, chegando mesmo a uma contaminação básica na medi-

da em que, pretendendo ser reivindicador de direitos femininos, resultava, pelo critério que para tal adoptou, num apelo à inserção de caracteres tipicamente masculinos na personalidade da mulher e correspondia a um desejo de identificação do papel da mulher com o do homem - logo, afinal, conduzindo a um monopólio dos valores masculinos.

Com todos os seus aspectos positivos e negativos, o movimento feminista, por um complexo de circunstâncias, não actuou directamente no nosso país, pelo que a evolução da situação da mulher entre nós se tem feito num ritmo diferente e segundo coordenadas diversas daquelas em que se desenrolou noutros países. Não cabe analisar aqui as vantagens e inconvenientes que daí terão resultado. Mas importa agora que, evitando os aspectos negativos e respeitando os positivos que informam a evolução geral de um fenómeno da maior importância que hoje não pode já ser ignorado ou desprezado - refiro-me à evolução da situação da mulher nas últimas décadas - se tome entre nós consciência séria do problema, para que essa mesma evolução, no que toca à mulher portuguesa, se desenrole segundo as perspectivas certas, sem deformações por excesso ou por carência. Da importância disto, aliás, para o futuro de um povo, dava já conta o Papa Pio XII, quando afirmava que os atributos da personalidade feminina têm de ser aí aproveitados e valorizados: "... constituem mesmo um contributo indispensável, e as civilizações, que os desconhecem, ou rejeitam a sua influência, sofrem fatalmente deformações mais ou menos graves, que entram a sua expansão e as condenam, cedo ou tarde, à esterilidade e ao declínio" (1).

Fora, de resto, o Cristianismo que, vinte séculos antes do movimento feminista, afirma o devido reconhecimento da legitimidade e importância da missão da mulher na sociedade. Com efeito, encontram-se, na interpretação cristã das fontes da Revelação, não só o verdadeiro sentido da própria presença da mulher no mundo segundo o plano de Deus, como também as grandes linhas de força, daí decorrentes, que devem portanto informar a sua participação na vida cívica.

O estudo aprofundado destas matérias, empreendido já por diversos autores à luz da Teologia, tem levado a conclusões que vou sintetizar rapidamente, para melhor compreensão e justificação doutrinária do que se segue acerca dos objectivos fundamentais que devem nortear a actuação da mulher na vida cívica e das tarefas concretas, com elles relacionadas, que portanto mais directamente necessitam e exigem a sua presença. - Igualdade absoluta em dignidade perante Deus; diferenciação nítida na natureza psico-somática e nas aptidões específicas que daí decorrem; complementaridade perfeita na harmonia das funções que cabem a cada um - são estas as três ideias básicas que caracterizam a relação ontológica homem-mulher e que estão na raiz do significado da presença feminina no mundo.⁽²⁾ Inspiradora e cooperadora do homem, a mulher tem, na linha das suas potencialidades e caracterís-

(1) Discurso a um Congresso da UMOFC, em 1957 (in "Seleção Documental", nº 29 - ed. União Gráfica)

(2) "Deus, não só outorgou à mulher a existência, mas também a personalidade feminina, na sua estrutura física e psíquica, responde a um designio particular do Criador. O homem e a mulher são imagens de Deus e, segundo o seu próprio modo de ser, são pessoas iguais em dignidade, possuindo os mesmos direitos...." (ibidem)

ticas próprias, uma missão específica a desempenhar na sociedade, a qual decorre do sentido último da sua vocação no plano de Deus e assenta nos seguintes aspectos dominantes : apelo, salvaguarda e transmissão dos valores religiosos; salvaguarda de todos os valores humanos e da própria dignidade da pessoa enquanto tal; estabelecimento do "diálogo" entre as almas pelo Amor, contributo para a criação de um forte sentido comunitário entre os homens; conservação e transmissão dos valores de carácter permanente na sociedade.

Nesta ordem de ideias, os objectivos fundamentais, que devem nortear a actuação da mulher na vida cívica, podem ser condensados nos pontos seguintes, que, de resto, surgem insistentemente focados em documentos do magistério extraordinariamente rico e fecundo de Pio XII (3) : - restauração e salvaguarda da família; educação da juventude, e, em especial, da juventude feminina; moralização dos costumes; promoção social; paz internacional. Através deles - que, por sua natureza, lhe são especialmente indicados - é a mulher chamada a dar, pela sua actuação nas esferas da vida cívica, um contributo específico para a prossecução do bem-comum em geral, e, em particular, para a criação de condições que permitam a ela própria realizar cabalmente a sua missão no mundo.

Vejamos rapidamente, a seguir, algumas implicações concretas de cada um daqueles objectivos - que não vou encarar aqui sob o prisma da acção pessoal de cada mulher nos domínios da sua vida privada (aliás, de influência e alcance importantíssimos), mas antes procurando focar, sobretudo, os aspectos de uma actuação global a incidir directamente nas estruturas da sociedade civil ou a realizar-se através delas, como interessa ao tema do presente trabalho. Não deixe de notar-se ainda, ao fazer essa enumeração, que as tarefas que em geral mais interessam a mulher são, não aquelas que se lhe apresentem com carácter mais ou menos abstracto ou objectivos pouco palpáveis, mas sim aquelas que no seu termo visem, de modo mais imediato e concreto, a própria pessoa humana.

a) Restauração e salvaguarda da família : - Campo normalmente imediato e directo da acção da mulher, é de primordial importância o papel desta, no nosso tempo, relativamente à defesa, por tantos factores comprometida, dos valores em que assenta a instituição familiar e à criação de condições ~~de condições~~ concretas para que a família possa subsistir como célula-base da sociedade. Aspectos referentes à dignidade e indissolubilidade do matrimónio, em todas as suas implicações de ordem espiritual e moral (sentido e valor do sacramento, sua natureza e fins; limitação da natalidade e problemas relacionados com a criação e educação da prole); factores económico-sociais que interferem na unidade e estabilidade da família (legislação sobre o divórcio, problemas da remuneração dos chefes de família - salário familiar, etc. - do trabalho das mulheres fora do lar, do salário feminino, da situação das mulheres que vivem fora da família, da melhoria do nível geral de vida, e, designadamente, da facilitação das próprias condições materiais da actividade feminina doméstica); aspectos conducentes a levar a família a preencher eficazmente a sua função social (comunidade fortemente estruturada, mas aberta a outras comunidades) - desdobram-se aqui uma

(3) Vide : "Le problème féminin" (Col. "Les enseignements pontificaux", ed. Desclée).

série de tarefas concretas, cuja realização urge na sociedade dos nossos dias e às quais a mulher, na linha da sua missão específica, é evidentemente chamada a dar um contributo inestimável.

b) Educação da juventude, e, em especial, da juventude feminina : -
- Problema vital da sociedade, é este um campo largamente aberto à acção da mulher, antes de mais na realização imediata da função da maternidade espiritual que lhe é própria. Também na sua capacidade de apreensão dos valores religiosos, na sua compreensão do valor e dignidade da pessoa humana e da singularidade de cada um no plano de Deus, na sua tendência a criar laços fundados no Amor, na sua abertura ao acolhimento e transmissão fecunda dos valores permanentes na sociedade - em todos estes atributos da alma feminina radicam as extraordinárias potencialidades da mulher como educadora. Assim, para além do seu papel insubstituível na educação dos próprios filhos, nenhum problema de educação - quer nos seus aspectos teóricos, que nos de aplicação prática - pode ser estranho à presença da mulher. (Claro que me refiro, aqui, à mulher como realidade sociológica, não querendo por tanto dizer que cada mulher individualmente tem de conhecer e dar contributo directo à resolução de todos os problemas educacionais).

Condições de vida das instituições de educação, problemas de orientação do ensino nos diversos graus, possibilidades de orientação vocacional e profissional - é indispensável que a mulher exerça, não só à escala da sua vida pessoal mas através das estruturas da sociedade civil, influência directa em campos como estes.

Particularmente no que toca à educação das raparigas, torna-se, como é indispensável a educação da mulher no sentido do aprofundamento teórico dos princípios em que ela deve assentar e da criação de condições concretas de aplicação dos métodos que lhe sejam adequados. Compete-lhe, antes de mais, influenciar neste campo a mentalidade geral, pugnando pela necessidade de que a educação a dar às raparigas seja, não uniformizada com a dos rapazes em todos os aspectos, mas orientada de forma específica, visando despertar e conduzir cada uma à plenitude das suas potencialidades femininas - uma vez que não devemos contentar-nos em pensar, utilizando um critério demasiado simplista, elementar e empírico, que a feminilidade autêntica "bráta" e se realiza plenamente, por forma natural e espontânea, pelo simples facto de se ter nascido mulher ! Muito ao contrário, existindo embora como "abstractum" de natureza psico-fisiológica em todo o ser feminino, a feminilidade autêntica, para atingir a sua expressão plena em cada mulher, está dependente de um processo de aquisição progressiva e quantas vezes laboriosa, que só pode ser realizado através de uma educação que lhe seja adaptada.

Por tudo isto, não pode a mulher alhear-se da iniciativa e colaboração relativamente a movimentos e instituições de educação feminina, nem do importante problema do acesso da rapariga aos diferentes graus de ensino e níveis de cultura e das condições em que ele deve realizar-se com eficiência tendo em conta a sua presença como mulher nos órgãos do ensino e nos centros culturais. (Relaciona-se isto directamente também com o contributo que a mulher pode dar à elaboração e transmissão de elementos culturais e com todo o papel que pode desempenhar relativamente à cultura - problema do maior interesse, mas que não me compete abordar aqui.)

c) Moralização dos costumes : - Da sua missão de guardião, no mundo, dos direitos de Deus e da lei moral e da própria dignidade da pessoa humana, decorre sem dúvida para a mulher uma vasta acção a desempenhar neste campo, de tão premente actualidade nos nossos dias. Essa acção há-de dirigir-se directa e corajosamente à vida pública, onde muito lhe cabe actuar, através de instituições, influência na legislação ou quaisquer outros meios eficazes, no sentido de um controle das modas e do luxo; de um saneamento de toda a espécie de espectáculos e diversões, como também dos grandes meios de difusão (imprensa, cinema, rádio e TV) e de publicidade; da cristianização dos modos mais variados de aproveitamento dos tempos livres; e, até, do combate à tendência generalizada para a prática de fraudes, que aparece infiltrada em todos os domínios da actividade humana. Muito em especial, deve a acção da mulher visar um combate duro e sem tréguas a todos os perigos morais que no nosso tempo ameaçam a juventude e particularmente a juventude feminina, havendo que empenhar-se sobretudo na luta contra a prostituição (que constitui aí um dos aspectos mais graves) e na recuperação de jovens delinquentes.

Com estes e outros objectivos, conforme as necessidades mais prementes que se lhe ofereçam, a actuação da mulher neste domínio revestir-se-á, pois, das formas mais variadas - exercendo-se, não só através da influência imediata, quando possível, na própria legislação que lhes diz respeito, como actuando directamente sobre as consciências e procurando sempre influenciar o consenso geral.

d) Promoção social : - Atingindo directamente este sector a criação de condições de respeito e defesa da dignidade da pessoa e a esfera das próprias relações de convivência humana, ele surge-nos também claramente indicado para uma actuação eficaz da mulher. Exigem aqui a sua atenção e a sua presença operante, entre outros, os seguintes problemas : o acesso de todas as pessoas e classes ao nível de vida a que têm direito e às formas e graus de cultura que lhes são próprios; a distribuição equitativa das riquezas; a criação de condições de trabalho em bases justas e humanas; a assistência eficaz a pobres e doentes; o auxílio a populações necessitadas.

Papel indicado à mulher será o de criar condições e trabalhar na descoberta e integração dos valores culturais próprios de cada classe ou grupo social e o de contribuir, conseqüentemente, para a elaboração, com base neles, das formas de cultura que deverão informar a mentalidade dos elementos dessas classes ou grupos.

Por outro lado ainda, pela sua tendência a estabelecer os laços em que é possível desenvolver-se um autêntico "diálogo" humano, a mulher é chamada a contribuir, com a sua presença nas esferas da sociedade civil, para a aproximação e entendimento entre os diferentes estratos e sectores da vida social - não num nivelamento uniformizado e fictício, mas por um intercâmbio harmonioso e fecundo dos valores que cada um traz consigo e pode transmitir ao conjunto.

e) Paz internacional : - Antes de mais, este mesmo aspecto que acabo de apontar, transposto da escala do entendimento entre as classes sociais para a da compreensão entre os diferentes povos e raças, que incarnam tipos de civilização e cultura tão variados, e o da promoção dos que se encontram em estado de sub-desenvolvimento, dá-nos já uma dimensão

- e das mais expressivas - do contributo que a mulher tem a dar para a paz internacional, cuja urgência desnecessário se torna encarecer.

Este é, de facto, um sector que muito tem a esperar da presença da mulher. E, como disse Pio XII (4), "se, verdadeiramente, todas as mulheres passassem do sentimento inato que lhes faz detestar a guerra, à acção concreta para a impedir, seria impossível que o somatório de tantos esforços, que se apoiam naquilo que melhor consegue fazer ceder as vontades, isto é, a piedade e o amor - seria impossível, dizíamos, que ele não atingisse o seu fim". De resto, são variados os campos que se abrem já hoje à mulher para uma actuação mais ou menos directa na vida internacional, onde ela poderá levar o seu contributo específico e dar testemunho e expressão concreta do seu desejo de construção e defesa da paz.

Tem-se visto o alcance da presença da mulher, não só nos movimentos católicos, femininos ou mistos, de carácter internacional, como nos organismos internacionais neutros (assim, departamentos especializados da ONU, como a UNESCO, o ECOSOC, o BIT; organizações de juventude, como a WAY - contam com a colaboração feminina, e, aí, além de dar o seu contributo ao bem-comum nos sectores respectivos e à criação de bases justas para a paz, tem a mulher também a possibilidade de tornar presentes os problemas que directamente interessam à situação da mulher em todo o mundo). Note-se também, por exemplo, pelo que representa como possibilidade de influência feminina católica nas estruturas oficiais da vida internacional, que a UMOFC tem estatuto consultivo junto do ECOSOC, da UNESCO, da FAO, da OIT, da UNICEF, do Conselho da Europa e da Organização dos Estados Americanos.

Nestes e em outros campos de actuação na vida internacional, não deve a mulher afastar-se da prossecução dos objectivos tantas vezes preconizados por Pio XII em discursos e, designadamente, nas suas mensagens de Natal, em que foca insistentemente as bases, condições e pressupostos de uma paz justa e duradoura - muitos dos quais encontram, na linha do que tenho estado a dizer, ressonância bem directa na alma feminina (5).

Chegados a este ponto, pode ter ficado a impressão de que, ao longo de toda essa enumeração de campos abertos e tarefas especialmente indicadas à acção da mulher, acentuei em demasia a nota feminina, isto é, terei dado a essa acção um âmbito exageradamente vasto, porventura em detrimento ou para minimização da presença do homem nesses campos. Ora, para esclarecimento dessa possível confusão, devo dizer que falar em missão específica da mulher e, concretamente, apontar tarefas em que o seu contributo pode ser particularmente valioso e se torna mesmo imprescindível, não significa que se trate de domínios que lhe sejam inteiramente exclusivos, e, assim, vedados ou contra-indicados à acção do homem. A prossecução e salvaguarda do bem-comum na "cidade terrestre" está, com efeito, dependente do que o homem e a mulher puderem trazer-lhe na harmonia das suas funções complementares, embora

(4) Discurso a um Congresso mundial das Organizações Femininas, em 1952 (in "Le problème féminin")

(5) Vide, nomeadamente, as mensagens de Natal de 1939, 1940 e 1941.

com predomínio desejável da influência de um ou de outro nos diferentes campos de actividade, conforme as características específicas da missão que compete a cada um. Na verdade, "... ao falar de missão específica da mulher, não se tem em vista uma exclusividade de funções. É à mulher que cabe salvaguardar determinados valores, mas não lhe pertence o monopólio - ao contrário, a sua missão consiste em despertá-los na humanidade inteira" (6).

2.

Perguntemo-nos agora como pode e deve a mulher efectivar a sua presença e actuação nas estruturas da sociedade civil.

Falei, atrás, dos objectivos imediatos que essa presença e actuação deve ter em vista; antes de prosseguir, no entanto, devo ainda lembrar que o seu fim último (para o qual, de resto, tende claramente a realização daqueles objectivos) é, afinal, a construção da "cidade de Deus", por aquela "consecratio mundi" que tem de ir sendo realizada através das próprias estruturas da sociedade terrena. Esta tarefa, que aliás deve ser de todos os homens, está especialmente assinalada à mulher, a quem compete através de todas as circunstâncias, como vimos, a salvaguarda do primado dos direitos de Deus e da lei moral; mais do que ninguém, não deverá ela esquecer que a sociedade civil - como acentuou Leão XIII na Enc. "Immortale Dei" - "... deve, sem falhar, cumprir por um culto público os numerosos e importantes deveres que a unem a Deus..... Realmente, unidos pelos laços de uma sociedade comum, os homens não dependem menos de Deus do que tomados isoladamente; tanto, pelo menos, quanto o indivíduo, deve a sociedade render graças a Deus, de quem recebe a existência, a conservação e a multidão incontável dos seus bens".

Papel de importância excepcional é, pois, na vida cívica, o da mulher. Nos tempos actuais, podemos dizer que ele se reveste ainda de uma acuidade especial, por mais uma razão que vai atingir a própria raiz da vida cívica. Muito se fala hoje, com efeito, de "crise de civismo", e ela parece existir realmente, revestindo formas mais ou menos agudas ou subtis, por toda a parte. Não será, no fundo, essa crise (que leva a um alheamento ou desprezo das responsabilidades do homem vivendo em sociedade) uma consequência imediata da generalizada tendência do nosso tempo para um individualismo acentuadamente egoísta em todas as esferas da actividade humana? Sendo assim, a actuação da mulher na vida cívica, na explicitação da sua tendência a proporcionar o "diálogo" entre as almas pelo Amor, terá de ser, antes de mais, um contributo directo e operante, na esfera do testemunho pessoal e da acção concreta, para a criação de um profundo sentido comunitário entre os homens, vivificado por um Amor autêntico, que se projecte nas próprias estruturas da sociedade e alimente, ele próprio, o civismo no seu sentido verdadeiro. "A caridade deve tomar, no mundo moderno, aspectos sociais e cívicos", como disse alguém - e isto deve encontrar na alma da mulher uma ressonância muito especial.

Retomando, porém, a pergunta atrás posta - como pode e deve a mulher efectivar a sua presença e actuação nas estruturas da so-

(6) Maria de Lourdes Pintasilgo : "A missão da mulher no mundo moderno" (discurso ao Congresso da UMOFC - Lourenço Marques, 1958).

cidade civil - direi que podem admitir-se vários graus na sua participação, para tal efeito, na vida pública, na medida em que essa participação se fizer mais ou menos directamente através dos órgãos próprios da mesma sociedade.

Considerarei aqui agora sobretudo, porque mais definido e representativo, aquele que reveste carácter político propriamente dito, e que deve ser encarado pela mulher como instrumento - e, por vezes, mesmo condição necessária - de que pode depender a maior eficácia da sua influência nos campos que são particularmente assinalados à actividade feminina e que apontei atrás. A acção política, para a mulher, não é um fim em si mesma (como, de resto, o não deve ser para ninguém), mas deve surgir, por um lado, como afirmação de presença consciente e interessada, e, por outro, como um meio directo de poder prosseguir os objectivos da missão feminina no seio das diferentes esferas da sociedade civil. Essa acção política terá, pois, sempre em vista, em última análise, não mesquinhos e estreitos interesses de facção ou de grupo ou até meramente pessoais, (ela deve combater, em si e nos outros, essas tendências que dividem os homens) mas sim o fim mais alto da salvaguarda de todos os valores que a mulher é chamada a incarnar e suscitar no mundo e que constituem o seu contributo próprio para o bem-comum.

Não pode, pois, a mulher alhear-se da actuação mais ou menos directa em relação aos órgãos políticos. Interferir na escolha das formas de governo e na designação daqueles que hão-de agir através delas; actuar mesmo nas próprias esferas da governação pública - pode ser decisivo para a prossecução dos fins que a presença feminina na sociedade se propõe. Isto envolve, no entanto, complicados problemas, até na medida em que a capacidade política, do ponto de vista jurídico, em certos países lhe não é reconhecida ou, pelo menos, aparece dificultada ou cerceada por diversas formas, em manifesta desigualdade com o homem. (Sabe-se, por exemplo, que ainda em 1955 havia quinze países onde a mulher não tinha direito de voto. Muito recentemente, foi-lhe negado na Suíça esse direito, por plebiscito nacional.) (7) E, em certos países onde já o tem, - designadamente, o nosso - há limitações flagrantes, como, por exemplo, ^{a da lei} que vigora entre nós: qualquer homem analfabeto pode, desde que pague determinada contribuição às finanças públicas, interferir directa e livremente na escolha e eleição dos chefes - quando, em contrapartida, só a mulher que seja chefe de família (o que limita muito o número de eleitores) pode gozar do mesmo direito em idênticas circunstâncias; porque, não sendo chefe de família, exige-se-lhe, ou o dobro da contribuição estipulada ao homem (outra limitação) ou a habilitação mínima com o curso geral do liceu ou equivalente (lei 2015). Como se vê, trata-se aqui de um critério puramente arbitrário e de nítida discriminação à base do sexo.

Um dos aspectos da actuação da mulher relativamente a estes domínios tem, pois, em muitos casos, de ser o de começar pelo princípio, isto é, procurando conquistar (e merecer, sem dúvida), nos países onde não o conseguiu ou encontra ainda dificuldades, a própria capacidade de voto nas condições justas e equitativas, e mesmo o direi-

(7) Sobre a situação da mulher no mundo, ver dados concretos em "El Correo" (publicação da UNESCO), nº 11 de 1955: "La mujer es un ser inferior?"

to à elegibilidade para cargos de alcance político ou outras funções públicas onde a sua presença seja aconselhável ou até necessária.

Embora a carreira política, considerada em sentido restrito, não seja propriamente o caminho de actuação da maioria das mulheres, importa que seja reconhecida (e para isso há que empreender também um longo trabalho de educação da mentalidade geral) a sua capacidade nesse campo e ainda a utilidade e eficácia, não só da colaboração directa da mulher para a escolha e eleição de governantes e outros orientadores da vida social, como também até da presença efectiva de algumas mulheres em certos lugares que podem constituir posições-chave da vida política e governativa da nação (8), como nalguns departamentos do próprio governo, nas assembleias legislativas e consultivas, nas autarquias locais, em organismos de tipo corporativo, etc. Isto, que não é a concessão de uma regalia, mas o simples reconhecimento de um direito, sucede, de resto, em diversos países (8), com todo o carácter de normalidade e com manifesto benefício para o bem-comum. Com efeito, o critério a adoptar para o preenchimento de um cargo deve obedecer, não ao primitivismo da discriminação por sexos, mas - primeiro que tudo e em defesa do próprio bem-comum - ao reconhecimento do valor e competência pessoal e das capacidades específicas para o desempenho do cargo em questão. Aqui compete também à mulher, não reivindicar indiscriminadamente a invasão, em massa, de qualquer tipo de funções públicas, mas ter consciência esclarecida e segura acerca daquelas em que a sua presença é verdadeiramente adequada, desejável e necessária, e esforçar-se então, por meios lícitos, para que lhe seja reconhecido por direito o justo acesso a tais funções. (Não deixe de notar-se que, mesmo em países onde a possibilidade desse acesso parece reconhecida em teoria, acontece muitas vezes que, na prática, ele se encontra dificultado e, em grande parte, vedado, pela força do costume e dos velhos preconceitos.) Também cada mulher, individualmente, deverá esforçar-se, analisando-se e interpretando as circunstâncias que a rodeiam, por descobrir qual o lugar próprio da sua actuação nas estruturas da sociedade, uma vez que os diversos modos e caminhos, abertos e indicados para a actividade feminina em geral, não servem indiscriminadamente para todas as mulheres.

Evidentemente, há que considerar, entre outros, um factor que condiciona justamente o género e grau de participação da mulher em funções públicas de qualquer natureza : o seu próprio estado de vida. Quero dizer que, para a mulher casada (e, sobretudo, durante a fase em que os filhos mais precisam da sua presença e assistência), o papel de esposa e mãe, com as responsabilidades e tarefas que daí decorrem, tem prioridade em relação a qualquer outro. Já Pio XI, na Enc. "Casti connubii", condenava os excessos do que chamava emancipação social da mulher, pela qual "... se afastam da mulher os cuidados domésticos tanto dos filhos como da família, para que, desprezados estes, possa entregar-se às funções e negócios públicos". Para evitar, por um lado, os prejuízos que de tal comportamento podem resultar para a instituição familiar, e, por outro, o perigo de um alheamento conformista e passivo das responsabilidades que, solteira ou casada, lhe competem na so-

(8) Vide também o citado número de "El Correo" (UNESCO)

cidade - deve a mulher esforçar-se por cultivar neste campo um são equilíbrio, que resulte de uma justa hierarquia de valores, bem compreendida e em cada momento posta em acto. Isto, para que não corra o risco grave de - como já alguém observou - "... passar, de uma consagração à vida de família, a uma sujeição à própria casa." Não cabe desenvolver agora aqui este aspecto; limito-me a afirmar (e muitos exemplos concretos no-lo mostram com frequência) que é efectivamente possível, à mulher casada, conciliar as exigências da vida familiar com as suas responsabilidades na vida cívica, sem necessidade da sua demissão de umas ou de outras.

3.

Chegados a este ponto, não se pense, porém, que se pretende apenas que a mulher esteja, de qualquer maneira, com ou sem preparação para tal, presente na vida cívica. Muito ao contrário, não deve perder-se de vista que será, sobretudo, de uma preparação séria e consciente que poderão resultar os benefícios apontados à presença feminina neste campo. Preparação séria que, de resto, é também de exigir ao homem para preencher a sua missão, evidentemente; mas, no caso da mulher, torna particularmente urgente e difícil essa tarefa certa dose de atavismo que nela se revelará como pesada herança de tantos séculos de alheamento em relação a estas matérias. Há que tentar como que recuperar agora, na verdade, o atraso resultante de só, a bem dizer, nas últimas décadas a mulher ter sido orientada para este tipo de actividades. Este trabalho de educação da mulher para a vida cívica terá de ser empreendido por uma acção conjunta da família, da escola e das diversas instituições que se ocupem da formação das raparigas.(9)

Fundação Ligação do Atlântico

tivo de certas virtudes que mais directamente se reflectem no comportamento da pessoa vivendo em sociedade, constitui - além do seu próprio valor moral, considerado em absoluto - tarefa primordial na formação cívica da mulher, a começar nas primeiras idades. Em simples apontamento, refiro-me, designadamente - como qualidades positivas a cultivar e orientar desde logo na criança - ao sentido social e comunitário, à noção da solidariedade humana sobrenaturalizada pela Caridade autêntica, ao espírito de obediência e disciplina, respeito da autoridade legítima e dos seus representantes, bom uso da liberdade própria e reconhecimento da dos outros, lealdade e honestidade, rectidão de carácter a informar as intenções e a reflectir-se no agir pessoal. Como aspectos negativos a combater, lembro todas as manifestações de egoísmo e tendências interesseiras, e também a rebeldia, a irreflexão, a inclinação para a intriga e a inveja.

Gradualmente, haverá também que ir desenvolvendo na criança e na adolescente a capacidade de auto-domínio, bem como um juízo crítico são, independente de disposições momentâneas e irreflectidas e baseado no justo equilíbrio das faculdades intelectivas, afectivas e volitivas que determinam o seu comportamento. (Estes aspectos deverão merecer atenção especial, dada a tendência da personalidade feminina para desequilíbrios deste género, que podem ter sérias repercussões sobre a sua actuação na vida cívica, onde todas as posições e

(9) É de grande interesse, para esta matéria, a consulta da obra de H. Sourgen : "L'éducation civique des femmes" (ed. da UNESCO)

decisões a tomar exigem sempre reflexão, prudência, maturidade, independência e segurança de opinião e de critério).

Não se deve também perder de vista que todo o trabalho de formação das jovens para a vida cívica terá de ter na base uma profunda tomada de consciência do sentido da vocação da mulher no plano de Deus e da sua missão no mundo de hoje - e isto, não só através do conhecimento teórico dos princípios que a fundamentam, como também, e sempre, por um esforço de incarnação real desses princípios na sua própria vida, através do ambiente que deve rodeá-las e das possibilidades concretas que para tal lhes devem ser proporcionadas. Na verdade, a mulher precisa de encontrar, em geral, o objectivo imediato de aplicação concreta das noções adquiridas; é a vivê-las que melhor as assimila.

Importante é também que se lhe faculte o conhecimento teórico, tanto quanto possível aprofundado, conforme os casos - e esclarecido à luz do pensamento da Igreja - das questões fundamentais equacionadas pela vida cívica; esse conhecimento servirá de base segura para uma compreensão íntima das suas responsabilidades neste campo. Assim, noções como as de pessoa humana, sociedade, povo, nação, autoridade, hierarquia, lei, justiça, direito, formas de governo, Estado e suas relações com a Igreja, participação dos cristãos como tais na vida pública, sentido justo de patriotismo e de universalismo - bem como os conhecimentos que respeitam directamente à organização interna do próprio país, natureza e funções dos seus órgãos de soberania e de outros elementos estruturais da nação - tudo isto são aspectos, entre outros, que a mulher não pode ignorar nem conhecer apenas em superfície, para poder marcar presença consciente na vida cívica em que está comprometida.

Mas não basta ainda, aí, levá-la ao aprofundamento das noções teóricas. Importa, a par disso, despertar nela um permanente e renovado interesse pela sua actualização constante no que se refere aos problemas dominantes, de ordem social, política, cultural e económica, da vida do próprio país e da situação internacional. (Para isto, pode contribuir, em larga escala, o hábito de leitura criteriosa e seleccionada de jornais e revistas nacionais e estrangeiros. Desse modo se vai inserir directamente no concreto o interesse por tais problemas, fundamentado já então numa atitude de reflexão e de crítica, numa segurança de critério e de opinião, que o aprofundamento das noções que esses problemas implicam permite assumir e que irá ter salutar repercussão nas atitudes pessoais a tomar).

Em última análise, o objectivo global, digamos, da formação da mulher para a vida cívica, através das suas várias fases e aspectos, deve ser afinal o de levar cada uma a descobrir qual o lugar insubstituível que lhe cabe na construção da "cidade terrestre" - preparando para preenchê-lo, consciente e activamente, desde já.

-- / --

Para terminar : de tudo o que tenho vindo a dizer, parece-me não ser difícil concluir, finalmente, que o problema abordado é de molde, pela sua acuidade, a dever ser incluído, mais explicitamente do que até aqui, nas preocupações da A.C. relativamente à forma-

ção das raparigas e mulheres que lhe estão confidadas. Dos moldes concretos em que deverá traduzir-se, dos aspectos imediatos em que poderá desdobrar-se, não pretendo ocupar-me aqui. Apenas quis expor princípios teóricos e indicar linhas de força que entendo estarem na base de uma reflexão certa e útil dos Organismos da A.C. (sobretudo os femininos, neste caso) sobre um problema a que não podem manter-se indiferentes. Com efeito, hoje mais do que nunca, é preciso que as mulheres e raparigas católicas se preparem seriamente para corresponder ao apelo que lhes dirigia o Santo Padre Pio XII (10) : "Trabalhai sem parar, sem nunca vos deixardes desanimar pelas dificuldades e obstáculos. Sede, sob a bandeira de Cristo-rei, sob a protecção da Mãe admirável, Rainha das mães, as restauradoras do lar, da família, da sociedade.....
... Souu a vossa hora, mulheres e raparigas católicas : a vida pública precisa de vós. A cada uma de vós se pode dizer : "Tua res agitur!" É de vós que se trata !".

Do exposto, conclui-se :

- Atendendo a que

- a) a participação crescente da mulher nos diferentes sectores da vida cívica é actualmente um fenómeno generalizado e da maior importância, que se verifica também entre nós e tem de processar-se a ser orientado segundo as perspectivas cristãs da vocação da Mulher no plano de Deus e da sua consequente missão específica no mundo ;
- b) a vastidão e alcance dos domínios que mais particularmente necessitam da presença e actuação verdadeiramente cristãs da mulher no mundo de hoje, são de molde a exigir, da parte dela, um compromisso directo nas estruturas da sociedade civil, revestindo as mais diversas formas e abrangendo graus de que não pode ser excluída a própria acção política ;
- c) se exige, portanto, em vista de tudo isso, para a mulher, uma preparação consciente e segura, envolvendo grande complexidade de aspectos, que a torne apta a actuar, (segundo as linhas fundamentais da missão feminina no mundo e a sua própria vocação pessoal) através das mesmas estruturas da sociedade civil, para a consecução dos objectivos que se assinalam à sua actividade ;

- não pode a Acção Católica manter-se alheia à importância de todo este problema e deve actuar urgentemente, sobretudo através dos seus Organismos femininos, no sentido de atender por forma explícita, na formação e acção das mulheres e raparigas suas filiadas, às exigências que se põem neste campo, em tudo o que envolve ^{quanto ao} necessário aprofundamento dos princípios teóricos que a tal respeitam e à adopção adequada de métodos concretos que lhe correspondam.

(10) Discurso às mulheres e raparigas italianas, em 21 de Outubro de 1945.

Bibliografia :

1.

- Leão XIII - Enc. "Immortale Dei"
- Pio XI - Enc. "Casti connubii"
- Pio XII - Mensagens de Natal de 1939, 1940 e 1941
- Problème (Le) féminin (Col. "Les enseignements pontificaux", ed. Desclée)

2.

- Pintasilgo (Maria de Lourdes) - A missão da mulher no mundo moderno (discurso ao Congresso da UMOFC - Lourenço Marques, 1958)
- Pintasilgo (Maria de Lourdes) - A mulher no mundo. - Uma problemática feminina? (in "Encontro", jornal dos universitários católicos, nº)
- Sourgen (H.) - L'éducation civique des femmes (ed. da UNESCO)
- Apport (L') des femmes chrétiennes à la communauté humaine (ed. Spes)
- Conscience de la féminité (ed. Familiales de France)
- La mujer es un ser inferior? (El Correo, UNESCO - nº 11 de 1956)

MARIA CELESTE CAMPOS VAZ DE SOUSA